Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital 1

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo 2

Balanço Patrimonial Passivo 3

Demonstração do Resultado 4

Demonstração do Resultado Abrangente 5

Demonstração do Fluxo de Caixa 6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021 7

DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020 8

Demonstração do Valor Adicionado 9

Comentário do Desempenho 10

Notas Explicativas 13

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva 27

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras 28

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente 29

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2021
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	854.408.805
Preferenciais	0
Total	854.408.805
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
1	Ativo Total	2.493.679	2.426.885
1.01	Ativo Circulante	349.675	317.999
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	120.765	82.793
1.01.03	Contas a Receber	28.469	29.902
1.01.03.01	Clientes	28.469	29.902
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	200.441	205.304
1.01.08.03	Outros	200.441	205.304
1.01.08.03.02	Ativo financeiro de concessão	194.170	189.612
1.01.08.03.03	Outros ativos circulantes	6.271	15.692
1.02	Ativo Não Circulante	2.144.004	2.108.886
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.580.407	1.550.527
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	1.580.407	1.550.527
1.02.01.10.03	Ativo financeiro de concessão	1.580.380	1.550.501
1.02.01.10.04	Outros ativos não circulantes	27	26
1.02.03	Imobilizado	3.421	3.356
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	3.421	3.356
1.02.04	Intangível	560.176	555.003
1.02.04.01	Intangíveis	560.176	555.003

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
2	Passivo Total	2.493.679	2.426.885
2.01	Passivo Circulante	342.061	374.760
2.01.02	Fornecedores	8.362	29.510
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	8.362	29.510
2.01.03	Obrigações Fiscais	10.019	24.165
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	10.019	24.165
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	10.019	24.165
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	147.358	134.386
2.01.04.02	Debêntures	147.358	134.386
2.01.05	Outras Obrigações	176.322	186.699
2.01.05.02	Outros	176.322	186.699
2.01.05.02.04	Dividendos	140.833	140.833
2.01.05.02.08	Adiantamento de indenização de sinistros	9.593	23.909
2.01.05.02.09	Outros passivos circulantes	25.896	21.957
2.02	Passivo Não Circulante	963.061	919.662
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	820.966	803.219
2.02.01.02	Debêntures	820.966	803.219
2.02.02	Outras Obrigações	28.101	18.389
2.02.02.02	Outros	28.101	18.389
2.02.02.02.03	Outros passivos não circulantes	28.101	18.389
2.02.03	Tributos Diferidos	113.994	98.054
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	113.994	98.054
2.03	Patrimônio Líquido	1.188.557	1.132.463
2.03.01	Capital Social Realizado	854.409	854.409
2.03.04	Reservas de Lucros	278.054	278.054
2.03.04.01	Reserva Legal	23.224	23.224
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	254.830	254.830
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	56.094	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	143.971	114.762
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-19.745	-24.398
3.02.01	Energia elétrica comprada para revenda	-4.537	-6.293
3.02.02	Encargos de uso de rede elétrica e de conexão	-3.180	-2.733
3.02.03	Transações no mercado de energia de curto prazo	-6.305	-270
3.02.04	Depreciação e amortização	-5.235	-5.227
3.02.05	Materiais e serviços de terceiros	-8.277	-4.635
3.02.06	Seguros	-391	-2.382
3.02.07	Pessoal	-1.299	-1.720
3.02.08	Repactuação do risco hidrológico	10.329	0
3.02.09	Outros custos operacionais	-850	-1.138
3.03	Resultado Bruto	124.226	90.364
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-213	-211
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-231	-211
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	18	0
3.04.04.01	Outras receitas operacionais, líquidas	18	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	124.013	90.153
3.06	Resultado Financeiro	-39.030	-29.741
3.06.01	Receitas Financeiras	634	665
3.06.02	Despesas Financeiras	-39.664	-30.406
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	84.983	60.412
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-28.889	-20.535
3.08.01	Corrente	-12.949	-16.092
3.08.02	Diferido	-15.940	-4.443
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	56.094	39.877
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	56.094	39.877
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,06565	0,04667
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,06565	0,04667

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020
4.01	Lucro Líquido do Período	56.094	39.877
4.03	Resultado Abrangente do Período	56.094	39.877

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	38.115	46.215
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	40.043	45.028
6.01.01.01	Lucro antes dos tributos sobre o lucro	84.983	60.412
6.01.01.02	Remuneração do ativo financeiro de concessão	-79.213	-50.976
6.01.01.03	Repactuação do risco hidrológico	-10.329	0
6.01.01.04	Depreciação e amortização	5.235	5.227
6.01.01.05	Juros e variação monetária	39.385	30.658
6.01.01.06	Outros	-18	-293
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	25.163	33.340
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	1.618	-10.072
6.01.02.02	Ativo financeiro de concessão	44.776	43.841
6.01.02.04	Outros ativos	9.380	4.085
6.01.02.05	Fornecedores	-21.148	-4.581
6.01.02.07	Adiantamento de indenização de sinistros	-14.316	-1.450
6.01.02.08	Outros passivos	4.853	1.517
6.01.03	Outros	-27.091	-32.153
6.01.03.01	Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-27.091	-32.153
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-143	-20
6.02.01	Aplicação no imobilizado e intangível	-143	-20
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	37.972	46.195
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	82.793	54.865
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	120.765	101.060

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	854.409	0	278.054	0	0	1.132.463
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	854.409	0	278.054	0	0	1.132.463
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	56.094	0	56.094
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	56.094	0	56.094
5.07	Saldos Finais	854.409	0	278.054	56.094	0	1.188.557

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	854.409	0	153.818	0	0	1.008.227
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	854.409	0	153.818	0	0	1.008.227
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	39.877	0	39.877
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	39.877	0	39.877
5.07	Saldos Finais	854.409	0	153.818	39.877	0	1.048.104

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020
7.01	Receitas	150.447	121.748
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	71.216	70.772
7.01.02	Outras Receitas	79.231	50.976
7.01.02.01	Remuneração do ativo financeiro de concessão	79.213	50.976
7.01.02.02	Outras receitas operacionais, líquidas	18	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-12.631	-16.564
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-11.233	-8.945
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-8.430	-4.769
7.02.04	Outros	7.032	-2.850
7.02.04.01	Encargos de uso de rede elétrica e de conexão	-3.180	-2.733
7.02.04.02	Repactuação do risco hidrológico	10.329	0
7.02.04.03	Outros	-117	-117
7.03	Valor Adicionado Bruto	137.816	105.184
7.04	Retenções	-5.235	-5.227
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-5.235	-5.227
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	132.581	99.957
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	634	665
7.06.02	Receitas Financeiras	634	665
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	133.215	100.622
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	133.215	100.622
7.08.01	Pessoal	1.127	1.447
7.08.01.01	Remuneração Direta	793	982
7.08.01.02	Benefícios	199	264
7.08.01.03	F.G.T.S.	41	61
7.08.01.04	Outros	94	140
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	35.138	27.371
7.08.02.01	Federais	35.130	27.371
7.08.02.02	Estaduais	8	0
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	39.699	30.442
7.08.03.01	Juros	39.555	30.658
7.08.03.02	Aluguéis	38	36
7.08.03.03	Outras	106	-252
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	56.094	39.877
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	56.094	39.877
7.08.05	Outros	1.157	1.485
7.08.05.01	Encargos setoriais	1.157	1.485

Comentário do Desempenho

Desempenho Econômico-financeiro

Indicadores de resultado	1T21	1T20	Var. (R$)	Var. (%)
Receita operacional líquida	143.971	114.762	29.209	25,5
Lucro bruto	124.226	90.364	33.862	37,5
Margem bruta	86,3%	78,7%		7,6 p.p.
Ebitda (Lajida)[1]	129.248	95.380	33.868	35,5
Margem Ebitda	89,8%	83,1%		6,7 p.p.
Depreciação e amortização	(5.235)	(5.227)	(8)	0,2
Resultado financeiro	(39.030)	(29.741)	(9.289)	31,2
Imposto de renda e contribuição social	(28.889)	(20.535)	(8.354)	40,7
Lucro líquido	56.094	39.877	16.217	40,7

[1] Ebitda (Lajida): lucro líquido + imposto de renda e contribuição social + resultado financeiro + depreciação e amortização

Receita operacional líquida

No 1T21, a receita operacional líquida da Companhia apresentou acréscimo de R$ 29.209 mil (25,5%), atingindo R$ 143.971 mil, frente aos R$ 114.762 mil reconhecidos no 1T20. Essa variação é consequência da combinação, substancialmente, dos seguintes eventos: (i) aumento de R$ 28.237 mil na remuneração do ativo financeiro de concessão, motivado, substancialmente, pela variação do IPCA entre os períodos em comparação; (ii) aumento de R$ 618 mil na receita com transações de energia, sendo composto por (ii.i) aumento de R$ 4.029 mil na receita das operações de energia elétrica de contratos bilaterais e (ii.ii) parcialmente atenuado pela redução de R$ 3.411 mil nas transações realizadas no mercado de curto prazo; e (iii) acréscimo de R$ 354 mil referente à receita de Gestão dos Ativos de Geração (GAG), motivada pelos efeitos da atualização monetária. Mais detalhes sobre o item (ii) estão comentados no item "transações de energia" apresentado a seguir.

Custos da energia vendida

Os custos da energia vendida reduziram em R$ 4.653 mil (19,1%) entre os trimestres em comparação, passando de R$ 24.398 mil no 1T20 para R$ 19.745 mil no 1T21. Tal variação decorre, essencialmente, do comportamento dos componentes a seguir:

a) Energia elétrica comprada para revenda e transações no mercado de energia de curto prazo: redução de R$ 1.756 mil e aumento de R$ 6.035 mil, respectivamente, entre os trimestres em análise, totalizando aumento de R$ 4.279 mil (65,2%). Mais detalhes sobre as variações estão comentados no item "transações de energia" apresentado a seguir.

b) Materiais e serviços de terceiros: acréscimo de R$ 3.642 mil (78,6%) entre 1T20 e 1T21, motivado, substancialmente, pelo aumento nos custos de manutenção, relacionados a GAG melhorias, e manutenção e limpeza da usina.

c) Seguros: decréscimo de R$ 1.991 mil (83,6%) entre 1T20 e 1T21, motivado, substancialmente, pelo reconhecimento do pagamento de franquia de seguro, no montante de R$ 1.625 mil no 1T20, decorrente do sinistro ocorrido em maio de 2019, uma vez que as negociações referentes aos danos materiais foram realizadas em 2020.

Comentário do Desempenho

d) Repactuação do risco hidrológico: em 02.03.2021, a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) publicou a revisão dos cálculos de compensação da repactuação do risco hidrológico de que trata a Lei n° 14.052/2020, regulada pela Resolução Normativa Aneel n° 895/2020, a qual contemplou, dentre outras questões, o reconhecimento do direito das usinas em regime de cotas, enquadradas na Lei n° 13.783/13, às compensações calculadas nos termos da referida Lei. A legislação prevê a compensação aos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) por efeitos causados por empreendimentos de geração denominados estruturantes, relacionados à antecipação da garantia física e às restrições na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento e, de forma retroativa, por geração fora da ordem de mérito e importação. Como compensação, os geradores têm direito à extensão do prazo de concessão das outorgas de geração por até sete anos. Diante disso, foi reconhecido ativo intangível, correspondente ao direito de extensão da concessão, em contrapartida da rubrica "Recuperação de custos de energia - Repactuação de risco hidrológico" da demonstração do resultado, no montante de R$ 10.329 mil, com a estimativa de extensão da concessão por um período aproximado de 6 meses. O montante representa o valor justo do ativo, sendo equivalente ao valor definido e disponibilizado pela CCEE.

Transações de energia (incluem as transações realizadas no mercado de curto prazo)

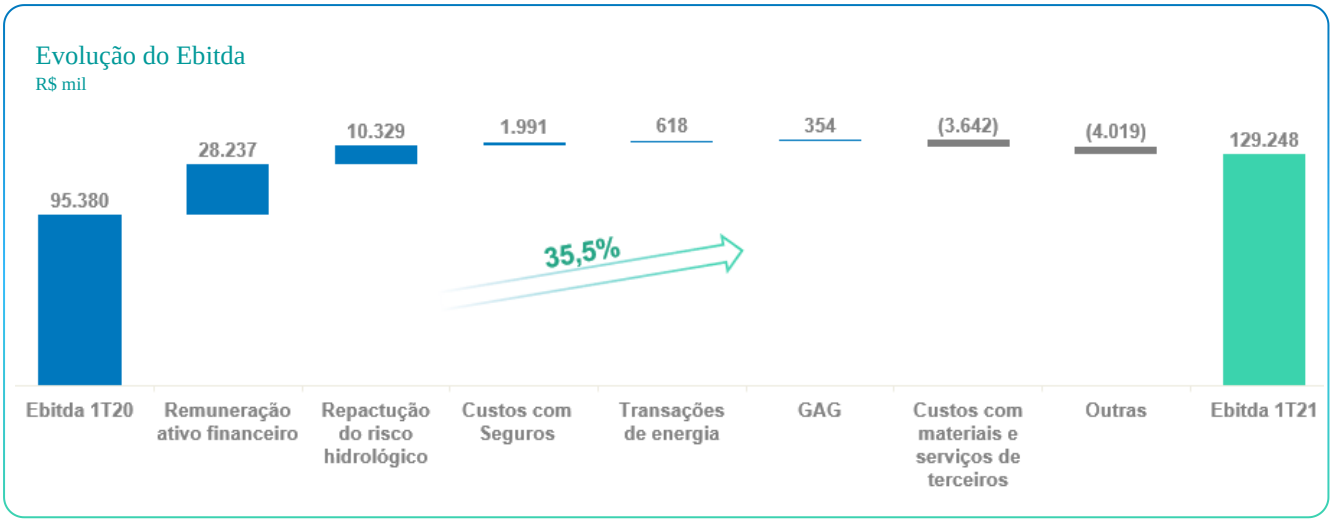
A Companhia vende a totalidade de sua garantia física destinada ao mercado livre à sua controladora, ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE"), cujo contrato de venda possui um mecanismo de ajuste de preço para mitigação de risco, que prevê que a compradora, a controladora, assuma os impactos decorrentes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), o qual inclui a sazonalização da garantia física para fins de alocação de energia e o Fator de Ajuste de Garantia Física (Energia Secundária ou GSF). Adicionalmente, durante o 1T21, a Companhia efetuou compras de energia com a sua parte relacionada Diamante Geração de Energia Ltda., também controlada pela ENGIE, no montante de R$ 4.537 mil, visando a realização de créditos detidos pela parte relacionada na CCEE.

As receitas e os custos com operações de energia elétrica apresentaram aumento de R$ 618 mil e de R$ 4.279 mil, respectivamente, ocasionando uma redução de R$ 3.661 mil no lucro bruto da Companhia. Esse decréscimo é resultado de transações realizadas com o intuito de realização de créditos na CCEE. Esse efeito foi parcialmente atenuado pelo reajuste de preço do contrato com a controladora.

Ebitda

Refletindo os efeitos mencionados anteriormente, o Ebitda no 1T21 foi de R$ 129.248 mil, R$ 33.868 mil (35,5%) acima do apurado no 1T20, de R$ 95.380 mil.

Comentário do Desempenho



Resultado financeiro

As despesas financeiras líquidas apresentaram acréscimo de R$ 9.289 mil (31,2%) entre 1T20 e 1T21, atingindo o montante de R$ 39.030 mil no 1T21 (R$ 29.741 mil no 1T20). O acréscimo, decorre, principalmente, do aumento de variações monetárias de dívidas, impactado pelo aumento do IPCA nos trimestres em questão.

Imposto de renda (IR) e Contribuição Social (CSLL)

No 1T21, essas despesas aumentaram R$ 8.354 mil (40,7%), passando de R$ 20.535 mil no 1T20 para R$ 28.889 mil no 1T21, em decorrência do aumento de 40,7% no lucro antes dos tributos. A alíquota efetiva de IR e CSLL em ambos os trimestres foi de 34,0%.

Lucro líquido

O lucro líquido do 1T21 foi de R$ 56.094 mil, R$ 16.217 mil (40,7%) superior aos R$ 39.877 mil apresentados no 1T20, consequência da combinação dos itens apresentados anteriormente.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA JAGUARA
CNPJ N° 28.925.264/0001-75 | NIRE N° 42 3 0004594-2
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 31.03.2021
(Em milhares de reais)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Energética Jaguara ("Companhia" ou "Jaguara") é uma concessionária de uso de bem público, na condição de produtor independente, e sociedade anônima, com sede no município de Florianópolis, estado de Santa Catarina, Brasil. A área de atuação e a atividade operacional da Companhia é a geração de energia elétrica, cuja regulamentação está subordinada à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

A Companhia foi constituída em 09.10.2017, tendo início das atividades em 19.10.2017, com o objetivo de operar e manter a Usina Hidrelétrica Jaguara ("UHE Jaguara" ou "Usina"), localizada no município de Rifaina, estado de São Paulo, estando sob o controle acionário da ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE Brasil Energia"), a qual é controlada pela ENGIE Brasil Participações Ltda., ambas situadas no Brasil. O controle acionário da ENGIE Brasil Participações Ltda. é detido pela International Power S.A., cuja sede está na Bélgica. Essa, por sua vez, é controlada pela International Power Ltd., empresa sediada no Reino Unido, integrante do grupo econômico ENGIE, sediado na França.

A Usina entrou em operação em 1971 e possui capacidade instalada de 424,0 MW[1] e 341,0 MW médios de garantia física.

O Contrato de Concessão foi assinado em 10.11.2017, com prazo de 30 anos, contados a partir de 29.12.2017. Exclusivamente para a parcela de 70% da garantia física destinada ao Ambiente de Contratação Regulada (ACR), a Companhia é remunerada por meio da Receita Anual de Geração (RAG), a qual é composta da parcela associada ao Custo de Gestão dos Ativos de Geração (GAG), da parcela de Retorno da Bonificação pela Outorga (RBO), da parcela associada à GAG decorrente de ampliações, dos encargos de conexão, dos encargos de uso dos sistemas de transmissão ou de distribuição, da parcela de ajuste pela indisponibilidade e de outros encargos.

Os principais eventos societários e operacionais ocorridos no 1° trimestre de 2021 foram estes:

a) Repactuação do risco hidrológico – Lei n° 14.052/2020

As condições para o acordo acerca da nova repactuação do risco hidrológico foram estabelecidas pela Lei n° 14.052, aprovada em 08.09.2020, e reguladas pela Resolução Normativa Aneel n° 895/2020, emitida em 01.12.2020. A legislação prevê a compensação aos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) por efeitos causados por empreendimentos de geração denominados estruturantes, relacionados à antecipação da garantia física e às restrições na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da energia e, de forma retroativa, por geração fora da ordem de mérito e importação.

[1] As informações não financeiras contidas nessas informações trimestrais como MW, MW médio, potência instalada, entre outros, não são revisadas pelos auditores independentes.

Notas Explicativas

Como compensação, os geradores garantiram o direito à extensão do prazo de concessão das outorgas de geração por até sete anos, considerando apenas a parcela de energia que não foi repactuada em 2015.

Em 15.12.2020, o Conselho de Administração da controladora da Companhia, ENGIE Brasil Energia, aprovou a adesão das usinas da Companhia detentoras de concessão de geração de energia elétrica à repactuação do risco hidrológico de que trata a Lei n° 14.052/2020.

Em 02.03.2021, a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) publicou a revisão dos cálculos de compensação, a qual contemplou: (i) a aplicação da taxa de desconto no cálculo das extensões das outorgas; (ii) a consideração dos impactos decorrentes da caducidade das concessões da Abengoa e da Isolux no escoamento da UHE Belo Monte; e (iii) o reconhecimento do direito das usinas em regime de cotas, enquadradas na Lei n° 13.783/13, às compensações calculadas nos termos da Lei n° 14.052/2020. Como consequência, no 1° trimestre de 2021, a Companhia reconheceu o intangível no montante de R$ 10.329, correspondente ao direito de extensão da concessão, em contrapartida da rubrica "Custos operacionais - Repactuação do risco hidrológico".

No decorrer do 1° trimestre de 2021, a Aneel acatou alguns pedidos de reconsideração do cálculo de repactuação feitos por agentes do setor, por meio da Resolução Normativa Aneel n° 930, de 30.03.2021. No entanto, o Tribunal de Contas da União (TCU) questionou, através de Despacho emitido em 12.04.2021, especificamente a possibilidade dada às hidrelétricas contratadas no mercado regulado, as quais já haviam repactuado o risco hidrológico em 2015. Com isto, a abertura do prazo de adesão prevista para ocorrer em até 60 dias após a disponibilização à Aneel do cálculo de extensão das outorgas das usinas pela CCEE, ainda não teve início. É válido destacar que esta discussão envolvendo a Aneel e o TCU é suplementar e não traz riscos a matéria, não afetando, portanto, o ativo reconhecido pela Companhia.

b) Impactos da pandemia provocada pelo novo coronavírus

O ano de 2020 foi marcado pelos efeitos da pandemia da Covid-19, doença causada pelo novo coronavírus, que impactou, e continua impactando em 2021, a economia mundial. Em decorrência disto, foram tomadas medidas restritivas no sentido de determinar o distanciamento social e o fechamento de estabelecimentos comerciais, além da paralisação da indústria.

As restrições impostas pelo isolamento social trouxeram efeitos importantes na atividade de diversos setores, na renda das famílias e nos investimentos no país. Na medida em que a situação da pandemia foi melhorando e, com isso, as restrições às atividades econômicas gradativamente reduzidas, houve evolução em diferentes regiões e segmentos de negócios.

No 1° trimestre de 2021, a Companhia não apurou impactos significativos em suas informações trimestrais decorrentes da pandemia, estando suas atividades autorizadas pelos órgãos federativos a continuar operando. Adicionalmente, não são esperados efeitos significativos em seu resultado que possam comprometer a capacidade operacional. A seguir estão elencados os principais itens que estão sendo acompanhados pela Companhia.

Notas Explicativas

b.1) Demanda de energia elétrica

As restrições à circulação e às atividades comerciais, industriais e de serviços impactam o consumo de energia elétrica. Contudo, a garantia física da Companhia está contratada na sua totalidade, sendo que 70% foram destinados ao ACR por meio do regime de cotas de garantia física e 30% foram negociados com a controladora. Em relação à parcela destinada ao regime de cotas no ACR, até o presente momento, não houve alteração nas cláusulas contratuais.

b.2) Nível de inadimplência

A Companhia está acompanhando a realização de seu saldo de contas a receber de clientes, bem como o risco associado a cada cliente. Na data base destas informações trimestrais não há valores vencidos e, portanto, até o presente momento não houve aumento do nível de inadimplência da Companhia.

b.3) Redução ao valor recuperável de ativos de longa duração

A Companhia avaliou os indicativos de desvalorização de ativos decorrentes da pandemia e concluiu não haver evidências de que os custos registrados sejam superiores aos seus valores de recuperação.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Informações Trimestrais (ITR) foram elaboradas em conformidade, simultaneamente, com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting* e com o Pronunciamento Contábil CPC 21 – Demonstração Intermediária, utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma.

As ITR também foram preparadas de acordo com as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), utilizando o custo histórico amortizado como base de valor, exceto pela avaliação a valor justo de certos instrumentos financeiros, quando requerida nas normas.

Na elaboração das ITR é necessário que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas.

O conteúdo e valores de determinadas notas explicativas apresentadas nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31.12.2020, que não necessitaram de atualizações significativas, não foram repetidos nas notas selecionadas para as ITR de 31.03.2021. Essas ITR, portanto, devem ser lidas em conjunto com as demonstrações contábeis de 31.12.2020.

As práticas contábeis e os métodos de cálculo adotados na elaboração das ITR de 31.03.2021, bem como os principais julgamentos e incertezas nas estimativas utilizadas na aplicação das práticas contábeis, foram os mesmos praticados na preparação das demonstrações contábeis do exercício findo em 31.12.2020. Adicionalmente, a partir do 1° trimestre de 2021, a Companhia passou a aplicar a seguinte política contábil, em virtude do reconhecimento do direito de extensão de concessão decorrente da repactuação do risco hidrológico.

Notas Explicativas

Intangível

Em março de 2021, a Companhia reconheceu o intangível oriundo do direito de extensão de concessão, em decorrência da adesão à repactuação do risco hidrológico de forma a compensar a Companhia pelos custos incorridos no passado, conforme previsto na Lei n° 14.052/2020, regulamentada pela Resolução Aneel 895/2020, ao valor justo, o qual é similar ao valor definido e disponibilizado pela CCEE. Este direito foi reconhecido no momento em que se tornou virtualmente certo, em contrapartida da rubrica "Custos operacionais – Repactuação do risco hidrológico".

a) Normas e alterações aplicáveis à Companhia a partir de 01.01.2021

A partir de 01.01.2021, estão vigentes os seguintes pronunciamentos: (i) Revisão do CPC 06 (R2) - Arrendamentos; e (ii) Revisão do CPC 48 – Instrumentos Financeiros. A adoção dessas alterações de normas não resultou em impactos significativos nas ITR de 31.03.2021.

b) Aprovação das ITR

As ITR ora apresentadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 14.05.2021.

NOTA 3 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.03.2021	31.12.2020
Caixa e depósitos bancários à vista	**170**	**138**
Aplicações financeiras		
Fundo de Investimento Exclusivo		
Operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais	120.595	82.655
	120.765	**82.793**

NOTA 4 - CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	31.03.2021	31.12.2020
ENGIE Brasil Energia	12.195	15.926
Distribuidoras	10.287	10.287
Transações realizadas na CCEE	5.987	3.689
	28.469	**29.902**

Em 31.03.2021 e 31.12.2020, a Companhia não apresentava valores vencidos em seu contas a receber. A Companhia não reconheceu perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, haja vista sua experiência de perda de crédito histórica e sua expectativa no recebimento destes créditos.

Notas Explicativas

NOTA 5 - ATIVO FINANCEIRO DE CONCESSÃO

a) Composição

	31.03.2021			31.12.2020		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Ativo financeiro de concessão	194.170	1.580.380	1.774.550	189.612	1.550.501	1.740.113

b) Mutação do ativo financeiro de concessão

	UHE Jaguara
Saldo em 31.12.2020	**1.740.113**
Recebimentos	(44.776)
Juros	37.481
Variação monetária	41.732
Saldo em 31.03.2021	**1.774.550**

c) Perfil de realização do ativo financeiro de concessão apresentado no ativo não circulante

	Total
Abril a dezembro de 2022	124.014
2023	151.499
2024	137.018
2025	123.950
2026	112.131
2027 a 2031	419.173
2032 a 2047	512.595
Ativo financeiro de concessão	**1.580.380**

NOTA 6 - INTANGÍVEL

a) Mutação do ativo intangível

	Total[1]
Saldo em 31.12.2020	**555.003**
Ingresso	10.329
Amortização	(5.156)
Saldo em 31.03.2021	**560.176**

(1) Contempla o montante relativo à bonificação pela outorga e ao direito de extensão de concessão decorrente da repactuação do risco hidrológico.

Notas Explicativas

a.1) Direito de extensão de concessão – repactuação do risco hidrológico

Em 08.09.2020 entrou em vigor a Lei n° 14.052, que alterou em partes a Lei n° 13.023 de 2015, e estabeleceu novas condições para a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica. A Lei n° 14.052 , determinou que os titulares de usinas hidrelétricas participantes do MRE, poderão ser compensados pelos efeitos decorrentes (i) de restrições ao escoamento da energia em função de atraso na entrada em operação ou de entrada em operação em condição técnica insatisfatória das instalações de transmissão de energia elétrica destinadas ao escoamento; e (ii) da diferença entre a garantia física outorgada na fase de motorização e os valores da agregação efetiva de cada unidade geradora motorizada ao Sistema Interligado Nacional (SIN), e que referida compensação dar-se-á mediante a extensão do prazo de outorga, limitada a 7 anos, calculada com base nos valores dos parâmetros aplicados pela Aneel.

Em 01.12.2020, foi editada a Resolução Normativa Aneel n° 895 que estabelece a metodologia para o cálculo da compensação e os procedimentos para a repactuação do risco hidrológico.

Para serem elegíveis às compensações previstas na Lei n° 14.052, os titulares de usinas hidrelétricas participantes do MRE deverão: (i) desistir da ação judicial cujo objeto seja a isenção ou a mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao MRE; (ii) renunciar qualquer alegação e/ou novas ações em relação à isenção ou mitigação dos riscos hidrológicos relacionados ao MRE; e (iii) não ter repactuado o risco hidrológico.

A Companhia não possui ações de compensação abrangidas no item (i) acima e nem teve o risco hidrológico da parcela de energia abrangida pela Lei repactuado, assim é elegível à compensação prevista.

Em 15.12.2020, o Conselho de Administração da controladora da Companhia, ENGIE Brasil Energia, aprovou a adesão das usinas da Companhia detentoras de concessão de geração de energia elétrica à repactuação do risco hidrológico de que trata a Lei n° 14.052/2020.

Em 02.03.2021, a CCEE publicou a revisão a revisão nos cálculos de compensação, contemplando, dentre outros itens, o reconhecimento do direito das usinas em regime de cotas, enquadradas na Lei n° 13.783/13, às compensações calculadas nos termos da Lei n° 14.052/20.

Como consequência, a Companhia reconheceu, em 2021, o ativo intangível relativo ao direito de extensão do prazo de concessão da outorga de geração, no montante de R$ 10.329, com a estimativa de extensão da concessão por um período aproximado de 6 meses. O montante representa o valor justo do ativo, sendo similar ao valor definido e disponibilizado pela CCEE. O reconhecimento foi em contrapartida da rubrica "Custos operacionais – Repactuação do risco hidrológico". A amortização deste ativo ocorrerá pelo prazo em que se espera recuperar o valor contábil.

NOTA 7 - GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia, para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação e monitoramento de riscos de seus negócios, segue integralmente as regras do Fórum de Gerenciamento de Riscos de sua controladora, ENGIE Brasil Energia, ao qual cabe: (i) promover internamente a conscientização para o tratamento do risco; (ii) definir metas e diretrizes para o seu gerenciamento; (iii) promover e sugerir melhorias nos processos de sua avaliação; e (iv) classificar e definir os procedimentos de seu controle.

Notas Explicativas

No 1° trimestre de 2021, não houve qualquer mudança nos riscos aos quais a Companhia está exposta ou na sua administração e mensuração, quando comparados aos apresentados na Nota 7 – Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros das demonstrações contábeis de 31.12.2020.

a) Perdas não realizadas nas operações de *hedge*

As perdas não realizadas nas operações de *hedge* são estas:

	31.03.2021	31.12.2020
Posição passiva		
Hedge de valor justo sobre debêntures	30.813	21.977
	30.813	**21.977**
Classificação no balanço patrimonial		
Passivo circulante[1]	13.664	9.059
Passivo não circulante[1]	17.149	12.918
	30.813	**21.977**

(1) Apresentado como parte das rubricas "Outros passivos circulantes" e "Outros passivos não circulantes".

Mutação líquida das operações de *hedge* de valor justo sobre debêntures

	Circulante	Não circulante	Total
Passivo em 31.12.2020	**9.059**	**12.918**	**21.977**
Juros	4.646	4.295	8.941
Ajuste a valor justo	(41)	(64)	(105)
Passivo em 31.03.2021	**13.664**	**17.149**	**30.813**

b) Análise de sensibilidade para a exposição a riscos de taxas de juros e índices flutuantes

A Companhia apresenta a seguir uma análise de sensibilidade do ativo financeiro de concessão e das debêntures, expostos a riscos da variação do IPCA.

O cenário-base provável para o ano de 2022 foi definido por meio destas premissas disponíveis no mercado (Fonte: Relatório Focus do Banco Central do Brasil).

	Variação 12 meses	Cenário Provável	Sensibilidade		
Risco de variação do índice	**31.03.2021**	**31.03.2022**	**Provável**	**Δ + 25% (*)**	**Administração**
IPCA	6,1%	4,8%	-1,3% p.p.	1,2% p.p.	-0,7% p.p.

(*) Variações sobre o cenário provável de 2022.

A sensibilidade provável foi calculada com base nas variações entre os índices dos últimos 12 meses, observados em 31.03.2021, e os previstos no cenário provável dos próximos 12 meses, a findar em 31.03.2022, e demonstram os eventuais impactos adicionais no resultado consolidado da Companhia. As demais sensibilidades apresentadas foram apuradas com base (i) na variação de 25%; e (ii) das estimativas da Administração sobre o cenário projetado, as quais correspondem a avaliação da Administração de alteração razoavelmente possível nas taxas de juros e índices flutuantes para os próximos 12 meses. As variações que poderão impactar o resultado consolidado, e, consequentemente, o patrimônio líquido nos próximos 12 meses, em comparação aos últimos 12 meses, caso tais cenários se materializem, são estas:

Notas Explicativas

	Saldos em 31.03.2021	Sensibilidade		
		Provável	Δ + 25%	Administração
Risco de aumento (passivo)				
Debêntures				
IPCA	701.678	9.258	(8.630)	5.368
IPCA (Debêntures com *swap* para o IPCA)	266.646	3.070	(2.862)	1.781
	968.324	**12.328**	**(11.492)**	**7.149**
Risco de redução (ativo)				
Ativo financeiro de concessão				
IPCA	1.774.550	(22.535)	27.327	(13.064)

c) Risco de gerenciamento de capital

A relação da dívida líquida pelo patrimônio líquido esta apresentada abaixo:

	31.03.2021	31.12.2020
Dívida[1]	999.137	959.582
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(120.765)	(82.793)
Dívida líquida	**878.372**	**876.789**
Patrimônio líquido	**1.188.557**	**1.132.463**
Endividamento líquido/Patrimônio líquido	**0,7**	**0,8**

(1) Líquida dos efeitos do *hedge*.

d) Risco de liquidez

No demonstrativo a seguir, apresenta-se o perfil previsto de liquidação dos principais passivos financeiros da Companhia registrados em 31.03.2021. Os valores foram determinados com base nos fluxos de caixa não descontados previstos, considerando a estimativa de amortização de principal e pagamento de juros futuros, quando aplicável. Para as dívidas com juros pós-fixados o valor foi obtido com base na curva de juros do encerramento do exercício.

	Até 1 ano	De 2 a 3 anos	De 4 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	8.362	-	-	-	8.362
Debêntures[1]	189.281	391.202	357.818	245.119	1.183.420
	197.643	**391.202**	**357.818**	**245.119**	**1.191.782**

(1) Líquidas das operações de *hedge*.

Notas Explicativas

e) Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros

	31.03.2021	31.12.2020
Ativos financeiros		
Valor justo por meio do resultado		
Aplicações financeiras	120.595	82.655
Custo amortizado		
Caixa e depósitos bancários à vista	170	138
Contas a receber de clientes	28.469	29.902
Ativo financeiro de concessão	1.774.550	1.740.113
	1.923.784	**1.852.808**
Passivos financeiros		
Valor justo por meio do resultado		
Debêntures	266.646	264.599
Perdas não realizadas em operações de *hedge* sobre debêntures[1]	30.813	21.977
Custo amortizado		
Fornecedores	8.362	29.510
Debêntures	701.678	673.006
	1.007.499	**989.092**

(1) Apresentado como parte das rubricas "Outros passivos circulantes" e "Outros passivos não circulantes".

f) Valor de mercado dos instrumentos financeiros

Nas operações envolvendo instrumentos financeiros somente foram identificadas diferenças entre os valores apresentados no balanço patrimonial e os respectivos valores de mercado no ativo financeiro de concessão e na parcela das debêntures que não estão sob o escopo da contabilidade de *hedge*. Essas diferenças ocorrem principalmente em virtude desses instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares.

Na determinação dos valores de mercado foram utilizados os fluxos de caixa futuros, descontados a taxas julgadas adequadas para operações semelhantes.

	31.03.2021		31.12.2020	
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Ativo financeiro de concessão	1.774.550	1.758.089	1.740.113	1.723.651
Debêntures	968.324	1.036.379	937.605	1.035.328
	2.742.874	**2.794.468**	**2.677.718**	**2.758.979**

Notas Explicativas

NOTA 8 - DEBÊNTURES

a) Composição

	31.03.2021			31.12.2020		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Mensurados ao valor justo						
Debêntures – 1ª emissão	105.273	159.750	265.023	105.239	159.125	264.364
Encargos	1.623	-	1.623	235	-	235
	106.896	**159.750**	**266.646**	**105.474**	**159.125**	**264.599**
Mensurados ao custo amortizado						
Debêntures – 1ª emissão	27.769	661.216	688.985	27.035	644.094	671.129
Encargos	12.693	-	12.693	1.877	-	1.877
	40.462	**661.216**	**701.678**	**28.912**	**644.094**	**673.006**
Debêntures	**147.358**	**820.966**	**968.324**	**134.386**	**803.219**	**937.605**
Efeitos do *hedge* (*swap*)						
Posição passiva[1]	13.664	17.149	30.813	9.059	12.918	21.977
Debêntures, líquidos dos efeitos do *hedge*	**161.022**	**838.115**	**999.137**	**143.445**	**816.137**	**959.582**

(1) A posição passiva do *hedge* está apresentada como parte das rubricas "Outros passivos circulantes" e "Outros passivos não circulantes".

b) Mutação das debêntures

	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 31.12.2020	**134.386**	**803.219**	**937.605**
Juros	13.031	-	13.031
Variações monetárias	902	16.700	17.602
Ajuste a valor justo	34	52	86
Transferências	(995)	995	-
Saldos em 31.03.2021	**147.358**	**820.966**	**968.324**

c) Vencimentos dos saldos apresentados no passivo não circulante

	Total
Abril a dezembro de 2022	141.676
2023	150.342
2024	159.952
2025	141.190
2026	149.068
2027	78.738
Debêntures	**820.966**

d) Compromissos financeiros contratuais (*covenants*)

Não houve alteração nos compromissos financeiros contratuais (*covenants*) quando comparados aos apresentados na Nota 8 – Debêntures das demonstrações contábeis de 31.12.2020. Os *covenants* das debêntures estão sendo integralmente cumpridos pela Companhia.

Notas Explicativas

NOTA 9 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativo e passivo, estão apresentados de forma líquida, como segue:

a) Composição

Natureza dos créditos	31.03.2021				31.12.2020
	Base de cálculo	IR	CSLL	Total	Total
Passivo:					
Remuneração do ativo financeiro de concessão	794.409	198.602	71.497	270.099	243.167
Intangível de bonificação pela outorga	176.188	44.047	15.857	59.904	55.521
Repactuação do risco hidrológico	10.329	2.582	930	3.512	-
Outros	-	-	-	-	639
		245.231	**88.284**	**333.515**	**299.327**
Ativo:					
Receita de Retorno de Bonificação pela Outorga (RBO)	586.978	146.745	52.828	199.573	184.349
Perdas não realizados em operações de *hedge*	30.813	7.703	2.773	10.476	7.472
Outros	27.858	6.965	2.507	9.472	9.452
		161.413	**58.108**	**219.521**	**201.273**
Valor líquido		**83.818**	**30.176**	**113.994**	**98.054**

b) Mutação do imposto de renda e da contribuição social diferidos

Saldo em 31.12.2020	**98.054**
Impostos diferidos reconhecidos no resultado do exercício	15.940
Saldo em 31.03.2021	**113.994**

c) Expectativa de realização e exigibilidade

	Ativo	Passivo
Abril a dezembro de 2021	25.215	33.165
2022	39.813	58.311
2023	20.030	25.047
2024	13.954	22.671
2025	12.637	20.493
2026 a 2028	28.512	45.936
2029 a 2031	23.063	36.927
2032 a 2034	12.045	18.711
2035 em diante	44.252	72.254
	219.521	**333.515**

NOTA 10 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social subscrito e integralizado

O capital social da Companhia, em 31.03.2021 e 31.12.2020, era de R$ 854.409, totalmente subscrito e integralizado, representado por 854.408.805 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, das quais 854.408.795 pertencem à ENGIE Brasil Energia e 10 são de propriedade da ENGIE Brasil Energia Comercializadora Ltda.

Notas Explicativas

NOTA 11 - CONCILIAÇÃO DA RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	31.03.2021	31.03.2020
Receita operacional bruta		
Suprimento de energia elétrica	41.234	36.750
Receita GAG – operação e manutenção	18.712	18.322
Transações no mercado de curto prazo	11.270	15.700
	71.216	**70.772**
Deduções da receita operacional		
PIS e Cofins	(6.053)	(6.546)
Pesquisa e desenvolvimento	(405)	(440)
	(6.458)	**(6.986)**
Remuneração de ativo financeiro de concessão	**79.213**	**50.976**
Receita operacional líquida	**143.971**	**114.762**

NOTA 12 - RESULTADO FINANCEIRO

	31.03.2021	31.03.2020
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	444	663
Juros sobre valores a receber	185	-
Outros juros e variações monetárias	5	-
Outras receitas financeiras	-	2
	634	**665**
Despesas financeiras		
Juros e variação monetária sobre		
Debêntures	30.633	24.194
Hedge de valor justo sobre empréstimos	8.941	6.464
Outros	1	-
Ajuste a valor justo	(19)	(372)
Outras despesas financeiras	108	120
	39.664	**30.406**
Despesas financeiras, líquidas	**39.030**	**29.741**

Notas Explicativas

NOTA 13 - CONCILIAÇÃO DOS TRIBUTOS NO RESULTADO

	31.03.2021			31.03.2020		
	IR	CSLL	Total	IR	CSLL	Total
Resultado antes dos tributos	**84.983**	**84.983**	**84.983**	**60.412**	**60.412**	**60.412**
Alíquota nominal	25%	9%	34%	25%	9%	34%
Despesa às alíquotas nominais	**(21.246)**	**(7.648)**	**(28.894)**	**(15.103)**	**(5.437)**	**(20.540)**
Outros	5	-	5	5	-	5
	(21.241)	**(7.648)**	**(28.889)**	**(15.098)**	**(5.437)**	**(20.535)**
Composição dos tributos no resultado						
Corrente	(9.520)	(3.429)	(12.949)	(11.831)	(4.261)	(16.092)
Diferido	(11.721)	(4.219)	(15.940)	(3.267)	(1.176)	(4.443)
	(21.241)	**(7.648)**	**(28.889)**	**(15.098)**	**(5.437)**	**(20.535)**
Alíquota efetiva	**25%**	**9%**	**34%**	**25%**	**9%**	**34%**

NOTA 14 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia possui transações com partes relacionadas, cujas informações mais detalhadas podem ser observadas na Nota 15 – Transações com partes relacionadas das demonstrações contábeis de 31.12.2020. Não houve alteração significativa nestas transações no período de três meses findo em 31.03.2021.

a) Valores reconhecidos em contas patrimoniais e de resultado

	Ativo	Passivo		
	Contas a receber de clientes	Fornecedores		Dividendos
		Energia	Outros	
31.03.2021				
ENGIE Brasil Energia	12.195	-	1	140.833
Total	**12.195**	**-**	**1**	**140.833**
31.12.2020	**15.926**	**20.000**	**1.189**	**140.833**

	Receita	Custos e Despesas	
	Venda de Energia[1]	Compra de Energia	Serviços de Terceiros
31.03.2021			
ENGIE Brasil Energia	37.420	-	104
Diamante	-	4.537	-
Outras	-	-	521
Total	**37.420**	**4.537**	**625**
31.03.2020	**33.352**	**6.293**	**378**

(1) As informações apresentadas são líquidas de PIS e Cofins.

Notas Explicativas

NOTA 15 - SEGUROS

a) Riscos operacionais e lucros cessantes

A Companhia é participante da apólice de seguro internacional de danos à propriedade e interrupção de negócios – *Property Damage and Business Interruption* (PDBI) – do programa de seguros de sua controladora ENGIE. A vigência do seguro vai até 31.05.2021 e o valor da cobertura é R$ 1.529.917, sendo R$ 1.338.215 referente a danos materiais e R$ 191.702 a lucros cessantes.

b) Sinistro

Em maio de 2019, ocorreu um sinistro em outra unidade geradora da Usina, ficando a unidade sinistrada indisponível até fevereiro de 2020. A Companhia e a seguradora estão em fase de negociações quanto a avaliação da cobertura de lucros cessantes decorrentes deste sinistro. Em 31.12.2020 e 31.03.2021, a Companhia não possui saldos remanescentes de indenização de seguros a receber.

O reconhecimento no resultado da Companhia do montante recebido como adiantamento está ocorrendo simultaneamente aos efeitos de frustração de receita decorrentes dos sinistros. Em 31.03.2021, a Companhia apresenta o saldo de R$ 9.593 (R$ 23.909 em 31.12.2020) registrado na rubrica de "Adiantamento de indenização de sinistros".

NOTA 16 - COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO

No período de três meses findo em 31.03.2021, não ocorreram alterações significativas nos compromissos de longo prazo, os quais são:

- Contrato de uso do sistema de transmissão (CUST);

- Contrato de operação e manutenção; e

- Contrato de modernização do gerador da unidade geradora 01.

Informações mais detalhadas podem ser observadas na Nota 17 – Compromissos de longo prazo das demonstrações contábeis de 31.12.2020.

NOTA 17 - EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Aprovação destinação resultados de 2020

Em 01.04.2021, na 4ª Assembleia Geral Ordinária (AGO) da Companhia, foi aprovada a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios no valor de R$ 13.041 (R$ 0,0152637175 por ação) e reserva de retenção de lucros no montante de R$ 117.372.

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Gabriela Kowalski Oliveira de Mattos
Contadora - CRC SC 034594/O-0

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Companhia Energética Jaguara

Florianópolis - SC

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Companhia Energética Jaguara ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração de informações financeiras intermediárias de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) e com a norma internacional IAS 34 aplicáveis à elaboração das ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações financeiras intermediárias anteriormente referidas incluem as demonstrações do valor adicionado - DVA referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins da norma internacional IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das ITR, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações financeiras intermediárias e os registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e de forma consistente em relação às informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Joinville, 14 de maio de 2021

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes

CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" SC

Fernando de Souza Leite

Contador

CRC nº 1 PR 050422/O-3

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES DA COMPANHIA

Os diretores da Companhia declaram que examinaram, discutiram e revisaram todas as informações contidas nas Informações Trimestrais da Companhia, bem como, concordam com a opinião dos auditores independentes da Companhia, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, referenciadas no Relatório de Revisão Especial dos Auditores Independentes apresentado.

José Luiz Jansson Laydner

Diretor Executivo

Paulo Roberto Keller De Negreiros

Diretor Administrativo, Financeiro e de Relações com Investidores

Artur Roberto Frota Ellwanger

Diretor Técnico-Operacional

Florianópolis, 14 de maio de 2021.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES DA COMPANHIA

Os diretores da Companhia declaram que examinaram, discutiram e revisaram todas as informações contidas nas Informações Trimestrais da Companhia, bem como, concordam com a opinião dos auditores independentes da Companhia, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, referenciadas no Relatório de Revisão Especial dos Auditores Independentes apresentado.

José Luiz Jansson Laydner

Diretor Executivo

Paulo Roberto Keller De Negreiros

Diretor Administrativo, Financeiro e de Relações com Investidores

Artur Roberto Frota Ellwanger

Diretor Técnico-Operacional

Florianópolis, 14 de maio de 2021.